

MANIFESTAÇÕES PÚBLICAS E CIDADANIA. OS PROTESTOS PORTUGUESES DA ÚLTIMA DÉCADA

Célia Taborda SILVA
Universidade Lusófona do Porto
celia.taborda@ulp.pt

Resumo

Nos últimos anos, um pouco por todo mundo, emergiu a contestação social, desde a Primavera Árabe aos Indignados, decorrente da insatisfação dos cidadãos e fruto da rapidez com que a informação circula e é partilhada. Em Portugal, a tendência contestatária foi no mesmo sentido da Europa e do mundo, como o demonstraram os movimentos de 12 de março de 2011 ("Geração à Rasca"), os de 15 de setembro de 2012 e 2 de março e 26 de outubro de 2013 ("Que se lixe a Troika"). Estes movimentos juntaram milhares de pessoas num protesto contra as políticas governamentais e em defesa de um novo modelo político, económico e social. Em várias cidades do país, os portugueses, enquanto cidadãos, intervieram na esfera pública e manifestaram-se sobre questões que lhes diziam respeito, como a crise, desemprego, exploração, enquanto pessoas pertencentes a uma coletividade. A novidade foi o recurso às tecnologias de comunicação e às redes sociais para aparecerem, adquirirem visibilidade, logo existência, como diria Hannah Arendt (2005). Através do uso da comunicação digital prescindiram das lideranças tradicionais para convocarem os protestos e se manifestarem nas ruas, fazendo com que estes fenómenos não se circunscrevessem em termos geográficos ou culturais nem se enquadrassem institucionalmente. A internet trouxe ferramentas que potenciam a partilha, facilitam a participação cívica. As redes enriqueceram a "real politque", uma vez que permitem uma maior liberdade de expressão (Lévy, 2006) na linguagem, na retórica e até na expressão lúdica.

Desta forma, no início do século XXI, os movimentos sociais tem vindo a adquirir um papel-chave no Estado democrático, pela representação de reivindicações de diferentes setores da sociedade civil, mas serão estas manifestações indícios de uma nova consciência cívica?

Palavras-chave: manifestações, cidadania, Portugal

Abstract

In recent years, a little over the world, emerged the social contestation, from the Arab Spring to the Indignados, resulting from the dissatisfaction of the citizens and fruit of the speed with which the information circulates and is shared. In Portugal, the tendency to protest was in the same direction as in Europe and the world, as demonstrated by the movements of 12 March 2011 ("Generation à Rasca"), those of 15 September 2012 and 2 March and 26 October of 2013 ("Screw the Troika"). These movements brought together thousands of people in protest against government policies and in defense of a new political, economic and social model. In various cities of the country, the Portuguese citizens, as citizens, intervened in the public sphere and expressed themselves on issues that concerned them, such as crisis, unemployment, exploitation, as persons belonging to a community. The novelty was the use of communication technologies and social networks to appear, acquire visibility, then existence, as Hannah Arendt (2005) would say. Through the use of digital communication, they ignored the traditional leaderships to call out the protests and demonstrate on the streets, causing these phenomena not to be geographically or culturally limited nor institutionally framed. The internet has brought tools that foster sharing, facilitate civic participation and collective action. Networks have enriched "real politics" since they allow a greater freedom of expression (Lévy, 2006) in language, rhetoric and even playful expression.

Thus, at the beginning of the twenty-first century, social movements have come to play a key role in the democratic state, through the representation of the claims of different sectors of civil society, but are these manifestations indicative of a new civic consciousness?

Keywords: manifestations, citizenship, Portugal

1. Introdução

Neste início do século XXI tem ocorrido muitas manifestações públicas em Portugal e um pouco por todo o mundo, o que tem atraído a atenção da comunicação social sobre estes fenómenos e ampliado a sua visibilidade.

No nosso país, o direito à manifestação está consagrado no artigo 45º da Constituição portuguesa de 1976, onde é referido que: “a todos os cidadãos é reconhecido o direito de manifestação”. Este direito nem sempre foi reconhecido, mesmo assim, ao longo da época contemporânea, sempre existiram manifestações e ação coletiva. No início do século XIX, a transição do Antigo Regime para o liberalismo provocou motins no país. Os protestos foram dominados pelos camponeses, motivados pela introdução do liberalismo e do capitalismo, que transformaram o modo de vida tradicional rural (Silva, 2007). O final do século XIX e início do século XX trouxe a reivindicação do movimento operário e sindicalismo, com a consequente organização de manifestações sociais, tais como greves, mesmo que proibidas até 1910. A instabilidade da I república (1910-1926), intensificou as lutas operárias, sendo um período em que se verificaram constantes greves. Entre 1933 e 1974, a ditadura portuguesa dominou o sistema político, mas mesmo em período de repressão social existiram greves e manifestações públicas, sobretudo em alturas de carência e fome. Depois de 1974, o país retomou a liberdade e com ela os cidadãos tiveram abertura para ocupar o espaço público e para mostrar os seus anseios ou insatisfações. Surgiram, então, mais movimentos organizados e outros espontâneos, como os movimentos estudantis dos anos 90 (Silva, 2014). Na última década, porém, assistimos a mais movimentações sociais e com contornos inovadores, passamos de movimentos de classe para movimentos de classes em que estão representadas categorias sociais e em que se contesta o próprio sistema democrático. Os movimentos de 12 de março de 2011 (“Geração à Rasca”) e 15 de setembro de 2012 (“Que se lixe a Troika”) são exemplificativos do descontentamento dos cidadãos portugueses. Estes movimentos trouxeram para as ruas muitas pessoas num protesto contra as políticas governamentais e em defesa de um novo modelo político, económico e social. Reclamaram-se apertados, laicos e pacíficos, e lutaram por um mundo mais justo, tal como havia acontecido com outros movimentos, como o dos “Indignados” ou “Occupy Wall Street”, que contagiou muitos países a nível mundial. Os movimentos sociais do século XXI apresentam uma configuração distinta dos anteriores, surgidos na década de 60 do século XX, designados de Novos Movimentos Sociais (NMS), na forma de organização, na dimensão, na divulgação, no impacto mediático nacional e internacional. Tudo isto distancia-os dos modelos anteriores. A maior novidade foi o recurso às tecnologias de comunicação e às redes sociais para aparecerem, adquirirem visibilidade, logo existência, como diria Hannah Arendt (2005). Foi através da internet que se organizaram e conseguiram mobilizar milhares de pessoas em várias cidades do mesmo país ou até de países diferentes. Atingiram uma dimensão que ultrapassou as escalas regionais e nacionais e

tornaram-se movimentos planetários, numa procura de novas formas de democracia (Farro, 2004), como aconteceu na “Primavera Árabe”.

Contestação social e protesto público sempre existiu, como vimos, mas também é um facto que nesta última década se intensificou. Assim sendo, o que pretendemos verificar é se este aumento de manifestações no espaço público em Portugal está relacionado com uma maior consciência cívica dos cidadãos portugueses ou é meramente conjuntural, fruto das dificuldades económicas e das facilidades tecnológicas. Para tal, analisamos a informação veiculada pela imprensa portuguesa e aplicamos um quadro teórico proveniente das teorias dos movimentos sociais.

2 . Os movimentos da 1ª década do século XXI em Portugal

2.1 - A “Geração à Rasca”

Em 2011, Portugal estava a braços com uma grave crise económica, inserida na crise financeira que começou em 2008 nos E.U.A. (crise de subprime) e que alastrou à Europa, fruto da globalização económica. O governo português, liderado à época por José Sócrates (P.S), foi tentando debelar a crise através de planos orçamentais com medidas de austeridade. Os Programas de Estabilidade e Crescimento (PEC) definiam um conjunto de medidas de austeridade, como aumento de impostos, congelamento de salários, pensões e progressões na carreira, e subida de preços.

Apesar desta austeridade, a crise não dava sinais de abrandamento. Perante o cenário de insucesso das medidas económicas do governo pairava sobre os portugueses o espectro da ajuda externa. Foi neste contexto de insegurança económica e desconfiança política que se desenrolou o movimento “Geração à Rasca”¹, contra o desemprego e a precariedade. Este movimento surgiu do repto lançado por jovens nas redes sociais e visava essencialmente os jovens. Os promotores da “Geração à Rasca” foram Paula Gil, João Labrincha e Alexandre Carvalho, todos licenciados e símbolos da dita geração, dado a sua condição de estagiários, bolseiros ou desempregados. Sentiam-se parte dessa geração que vivia com dificuldades para se tornarem independentes economicamente dos seus progenitores, apesar da formação académica que tinham, e partilharam estas suas ansiedades com outros jovens, via internet. Decidiram, então, dirigir uma carta aberta à sociedade civil onde explicavam a necessidade de chamar a atenção para as condições de precariedade laboral que se vivia em Portugal, em que as qualificações, competências e experiência não se espelhavam em salários e contratos dignos, sendo pejorativamente designados “a geração dos quinhentos euros”. Aliás, no apelo pelo facebook diziam o seguinte: “Nós, desempregados, ‘quinhentoseuristas’ e outros mal remunerados, escravos disfarçados, subcontratados, contratados a prazo, falsos trabalhadores

¹ Este movimento foi alvo de estudo por Baumgarten, B. (2013). Geração à Rasca and beyond. Mobilizations in Portugal after 12 March 2011. *Current Sociology*, 61(4), 457–473.

independentes, trabalhadores intermitentes, estagiários, bolseiros, trabalhadores-estudantes, estudantes, mães, pais e filhos de Portugal, manifestemos o nosso descontentamento” (Blogue do Protesto Geração à Rasca, 12/02/2011). O protesto derivava do direito dos cidadãos reclamarem educação e emprego, numa expressão da cidadania que não se subsumia ao voto, como dizia um dos jovens. Por outro lado, era uma afirmação do descrédito no sistema político, por isso, afirmavam ser “este um protesto apartidário, laico e pacífico, que pretende reforçar a democracia participativa no país”. Este comportamento corrobora a opinião de investigadores que referem que “os jovens mais instruídos são mais ativos, tem mais consciência cívica e fazem mais uso dos direitos de cidadania” (Ferreira & Silva, 2005: 146).

O objetivo deste movimento, segundo os promotores, era contribuir “no sentido de desencadear uma mudança qualitativa do país”. Pretendiam agir para encontrar soluções e fazer parte delas. Achavam inadmissível que a geração com mais formação académica de que há memória no país se encontrasse sem perspetivas de futuro, num profundo estado de frustração, daí sentirem a necessidade de se unirem e manifestarem no espaço público reivindicações pelos direitos que lhes estavam a sonegar.

A falta de emprego sentida por esta geração de jovens qualificados não era um problema meramente conjuntural, já que, devido à massificação da escola, houve um aumento exponencial de alunos no ensino superior dos anos 90 (Abrantes, 2003). O número de estudantes do ensino superior passou de cerca de 11.000 para 60.500, dificultando a absorção de todos estes diplomados no mercado de trabalho. Mas é claro que, naquele momento, esta questão estrutural era o que menos interessava aos jovens.

Assim, no dia 12 de março de 2011, pelas 15.00h, as praças das principais cidades de Portugal encheram-se de manifestantes “Geração à Rasca”. Lisboa, Porto, Braga, Coimbra, Viseu, Castelo Branco, Faro, Funchal, Ponta Delgada uniram-se num mesmo protesto. Os locais escolhidos foram os centros da cidade, praças e ruas historicamente emblemáticas.

Em Lisboa, a concentração teve lugar na Avenida da Liberdade. Cerca de 200 a 500 mil participantes, número que varia conforme a fonte de divulgação é a policial ou a da organização, protestaram contra a precariedade em que viviam. De todo o lado afluíu gente, tendo o número de manifestantes ultrapassado largamente as expectativas, tanto dos jovens promotores como dos participantes. A surpresa nesta manifestação não se ficou pela quantidade de aderentes, mas também pelas distintas faixas etárias representadas nesta contestação (JN 12/03/2011). Há uns anos atrás era quase impensável esta união intergeracional num mesmo protesto. Em 1994, os estudantes do secundário fizeram várias manifestações contra as provas globais para aceder à Universidade, a famosa PGA, e as gerações mais velhas designaram-nos de “geração rasca”. O nome saiu no jornal Público proferida por Vicente Jorge Silva, na altura diretor do referido jornal, devido à linguagem e gestos impróprios utilizados pelos jovens. Essa rotulagem generalizou-se na sociedade da época, criando um fosso geracional que acabaria por se desfazer, pelo menos momentaneamente, na manifestação de 12 de março. Nesse dia, unidos, na mesma marcha, estavam não só os diretamente afetados pela crise económica e sua consequente falta de

oportunidades de trabalho ou trabalho precário, os jovens, mas também os pais e avós desses “desempregados e precários” que tinham que continuar a suportar financeiramente filhos que já deviam se autossustentar. As reclamações dos jovens eram também as dos seus familiares, uma vez que o resultado desta instabilidade profissional juvenil era a degradação económica das gerações anteriores. Num artigo da Visão foi referido que um em cada cinco jovens, com idades compreendidas entre os 25 e 35 anos, estava dependente economicamente da família (3/01/2011, p.70). Nalguns casos nem aos 40 anos tinham estabilidade salarial para terem o seu próprio espaço ou constituírem família (DN, 12 de março de 2011), apesar de muitos destes jovens terem qualificação superior. No último trimestre de 2010, o número de licenciados desempregados ascendia a 68 mil e quinhentos, o que equivalia a 11,2 % do total de desempregados (Loureiro, 2012: 337).

Nestas circunstâncias precárias da economia, as experiências de injustiça individual depressa circularam nos *media* sociais, transformando-se numa injustiça coletiva. Isso mesmo espelhavam nos cartazes que empunhavam na manifestação. Alguns slogans eram representativos do que sentiam, como: “viver o comunismo-espalhar o anarquismo”; “o capitalismo é abominável”, “o país está à rasca”, “rasca é a precariedade”.

Na capital, foram vários os políticos que se juntaram à marcha, não obstante ser um movimento apartidário, caso dos deputados bloquistas e comunistas, o líder do PCTP-MRPP, Garcia Pereira, e o então secretário-geral da CGTP, Carvalho da Silva. Grupos extremistas de direita e esquerda, anarquistas, e os LGBT (movimento de defesa dos interesses das lésbicas, gays, bissexuais e travestis) como os Pantera Rosa também compareceram (JN, 12/03/2011).

Por volta das 18 horas, os participantes começaram a desmobilizar. Porém, algumas centenas, encabeçadas pelo grupo os Homens da Luta, que atuavam numa carrinha de caixa aberta, cantando o seu famoso “E o Povo, pá?”, voltaram a percorrer a Avenida da Liberdade. No Marquês de Pombal, concentraram-se junto à estátua e cantaram por diversas vezes o Hino Nacional. A música já tinha produzido este efeito de identificação partilhada no Coliseu do Porto, onde os Deolinda atuaram a 22 de janeiro de 2011. Quando a vocalista, Ana Bacalhau, cantou o tema “Que parva que eu sou”, canção que resultou de uma reflexão sobre o momento que o país vivia, houve uma adesão imediata do público à mesma, nesse concerto e no seguinte, pelo “próprio conteúdo da canção, todo ele povoado de possíveis identificações” (Loureiro, 2011: 351-355). Esta geração reviu-se na mensagem daquela letra simples e esse facto terá estado “na origem próxima de uma mobilização social tão gigantesca” (Loureiro, 2011: 362).

No Porto, juntaram-se na praça da Batalha cerca de 80 mil pessoas, ao início da tarde. Após alguns discursos iniciais, os manifestantes seguiram em marcha lenta pelas ruas de Santa Catarina, Fernandes Tomás e Sá da Bandeira e terminaram na Avenida dos Aliados. A sua ação foi idêntica. Caminharam pacificamente pelas principais ruas da cidade, também eles de cartazes levantados, alguns genuinamente tripeiros: “Sócrates tou cheia de t’oubir”, parando aqui e além para algum manifestante tomar a palavra e fazer algum discurso. Tudo

instintivamente improvisado, desde os slogans dos cartazes aos artistas vestidos de palhaços que animavam as ruas (Loureiro, 2011: 443).

Os desfiles solenes a passo lento há muito que cederam lugar a manifestações onde a música e a dança dão um certo colorido e mediatização ao acontecimento. Apesar destas manifestações terem uma componente lúdica, a espetacularidade que evidenciaram foi modesta se comparada com toda a performance cénica de outras mobilizações europeias, nomeadamente as anti-globalização, em que as máscaras e os disfarces aludiam a uma certa subversão carnavalesca, dando aos eventos uma grande visibilidade nos *media* tradicionais.

Como se lia na Visão, o que se via em Lisboa, mas que se aplicava às outras cidades “não é só uma manifestação, mas várias: a manifestação dos trabalhadores precários, a manifestação dos universitários sem futuro, a manifestação dos desempregados, a manifestação dos reformados por antecipação, a manifestação dos pensionistas de 200 euros, a manifestação dos trabalhadores não escolarizados...” (Visão, 17/03/2011, p.66). Uma ação colectiva movida a interesses individuais. Cada um espontaneamente foi aderindo por se rever na situação, mas, tal como os organizadores, sem projetos de futuro, sem haver aqui um objetivo grupal que os mantivesse unidos além das circunstâncias do momento. Apareceram na manifestação, como diz Pinto, “por um futuro, por um emprego, pelo fim dos recibos verdes, por curiosidade ou só mesmo para ver como era, pelo aumento do salário mínimo, pelo pai, pela filha, com a avó, num carrinho de bebé, dançando, cantando, aplaudindo, gritando ou, até mesmo, em silêncio, ninguém ousou imaginar que as vozes e as palavras tão bem se fundissem numa só mensagem” (Pinto, 2011: 34).

Nos últimos anos, certos estudos apontam para um afastamento dos jovens da política considerada “tradicional” ou “convencional”, como seja participação no voto ou filiação partidária e mais interesse na política “não convencional” como colaboração em organizações ou associações, ações de captação da atenção dos *media*, ações de protesto (Magalhães & Sanz Moral, 28:27). Esta adesão da juventude a este movimento pode ser um sinal deste desfazamento entre a política institucional do Estado Democrático e a política *popularreal*, uma demonstração que existe consciência cívica e política entre os jovens mas descrédito nos métodos da política representativa democrática.

2.2. “Que se lixe a Troika-Queremos as Nossas Vidas”

Menos de um mês depois da manifestação de 12 de março, confirmou-se a necessidade da ajuda externa. No dia 6 de abril de 2011, o primeiro-ministro pediu intervenção estrangeira para o país. À incapacidade de pagar os juros da dívida pública, juntou-se a necessidade de baixar o déficit público e a necessidade de obtenção de fundos para injetar em empresas públicas, tecnicamente falidas. As medidas acordadas entre a Troika (Fundo Monetário Internacional, Banco Central Europeu, Comissão Europeia) e o governo português previam uma extrema austeridade, o que levou os portugueses a aderir ao movimento de 15 de setembro de 2012.

Nas eleições de 5 de junho de 2011, José Sócrates saiu derrotado e cedeu lugar a Pedro Passos Coelho (PSD), mas a impossibilidade de este governar em minoria parlamentar levou-o a um acordo de governação com o CDS/PP, liderado por Paulo Portas. Sob intervenção externa, o Governo de Pedro Passos Coelho decidiu tomar novas medidas para cumprir a meta do défice em 2011, o que implicou aumentos consecutivos de impostos. Perante o rol de medidas de austeridade, o país reagiu com uma nova mobilização social que, tal como o movimento anterior, foi desencadeada nas redes sociais.

Um grupo de cidadãos, representantes da sociedade portuguesa (académicos, investigadores, artistas etc...), não identificados com partidos políticos, lançou o desafio através das redes sociais para um protesto motivado pelo contexto político. O seu manifesto apresentou-se assim: “É preciso fazer qualquer coisa de extraordinário. É preciso tomar as ruas e as praças das cidades e os nossos campos. Juntar as vozes, as mãos. É preciso fazer qualquer coisa contra a submissão e a resignação, contra o afunilamento das ideias, contra a morte da vontade coletiva. É preciso convocar de novo as vozes, os braços e as pernas de todas e todos os que sabem que nas ruas se decide o presente e o futuro. É preciso vencer o medo que habilmente foi disseminado e, de uma vez por todas, perceber que já quase nada temos a perder e que o dia chegará de já tudo termos perdido porque nos calámos e, sós, desistimos” (queselixeatroikablogspot.pt).

Este grito à ação foi contra as medidas de austeridade impostas pela *Troika*, consideradas um saque, que estavam a conduzir os portugueses e o país à pobreza e à degradação há mais de um ano, sem que se auspiciassem melhorias. Segundo o manifesto “quem se resigna a governar sob o memorando da troika entrega os instrumentos fundamentais para a gestão do país nas mãos dos especuladores e dos tecnocratas, aplicando um modelo económico que se baseia na lei da selva, do mais forte, desprezando os nossos interesses enquanto sociedade, as nossas condições de vida, a nossa dignidade”. E termina com a frase: “Dividiram-nos para nos oprimir. Juntemo-nos para nos libertarmos!”

Este movimento, aparentemente espontâneo como o anterior, de espontaneidade teve pouco. Desde julho que ativistas andavam a preparar uma grande manifestação, alguns deles pertencentes aos Precários Inflexíveis, outros militantes partidários. Passos Coelho haveria de lhes dar o mote quando proferiu num discurso a frase “que se lixem as eleições”. A frase proferida pelo primeiro-ministro foi reutilizada para criar o slogan “que se lixe a troika - queremos as nossas vidas” (QSLT), que se voltaria mais tarde contra o Governo de Passos Coelho (Babo e Silva, 2015). Por trás destes ativistas presume-se que estaria o Bloco de Esquerda e o PCP, mas não assumidos. O objetivo era passar a mensagem de uma manifestação apartidária que congregasse várias sensibilidades políticas, e foi esta a ideia divulgada. E foi sob o lema do apartidarismo que as pessoas aderiram.

O QSLT teve ainda uma ação mais efetiva que o anterior, em número de manifestantes e de cidades. Em Lisboa concentraram-se cerca de 500 mil pessoas. O ponto de encontro foi na praça José Fontana, de onde às 17.00h saíram para a Praça de Espanha. No percurso passariam pelo Saldanha, Avenida da República e Avenida de Berna. Depois, os manifestantes

desceram a Avenida da República onde a meio da Avenida protestaram em frente aos escritórios da representação da Troika, após o que seguiram pela Avenida de Berna. De todas as ruas ocorreu gente que se foi juntando ao longo do percurso que terminou na Praça da Liberdade.

No Porto, o ponto de encontro foi na Avenida dos Aliados. Cerca de 1 milhão de pessoas juntaram-se nas praças de perto de 40 cidades portuguesas, a que se uniram, no exterior, Barcelona, Berlim, Bruxelas, Paris, Londres, trazendo para as ruas a maior multidão depois do 25 de Abril. O lema *Que se lixe a Troika! Queremos as nossas vidas de volta!*, ecoou como pretendido nos ouvidos dos portugueses. No manifesto da iniciativa podia ler-se um diagnóstico muito crítico sobre as escolhas políticas recentes: “depois de mais um ano de austeridade sob intervenção externa, as nossas perspetivas, as perspetivas da maioria das pessoas que vivem em Portugal, são cada vez piores”, porque “a austeridade que nos impõem e que nos destrói a dignidade e a vida não funciona e destrói a democracia”.

Estamos perante fenómenos que, embora formados graças ao desenvolvimento e à difusão das tecnologias das últimas décadas, sentiram necessidade dos espaços de identidade tradicionais para se manifestarem, tal como precisaram os movimentos anteriores (Tilly, 2004). Os lugares históricos escolhidos, como parte da idiosincrasia de um povo, forneceram esses referenciais, numa espécie de encontro entre o passado e o futuro. As ruas escolhidas para as manifestações funcionaram como símbolos identificativos da união comunitária de outrora. A solidariedade sempre foi um elemento fundamental da ação coletiva, solidariedade essa que se constituiu nas partilhas quotidianas numa comunidade ou num grupo de trabalho. Nestes movimentos a solidarização foi virtual, fundamentou-se no anonimato da mobilização, daí o espaço da ação ganhar uma maior relevância de identificação. Esta individualização nas manifestações é uma característica destes movimentos por contraposição aos anteriores. O “eu” e o “outro” era facilmente reconhecido como o “nós” nos dois séculos precedentes, tendo o coletivo sido forjado nas lutas partilhadas na fábrica e nas vivências diárias do espaço habitacional, ou na organização de militância. Nestas duas mobilizações portuguesas sobressaiu a individualização, o anonimato e a impessoalidade das relações entre os participantes.

O “repertório” (Tilly, 2004) do QSLT seria repetido nas mobilizações seguintes. Em 2013, o movimento QSLT organizou mais duas grandes manifestações, uma em 2 de março sob o lema: “QSLT- o povo é quem mais ordena”, outra em 13 de outubro: “QSLT- não há bicos sem saída”, em que o repertório de críticas sociais foi aumentando assim como as exigências para a solução dos problemas económicos e sociais. Embora continuassem a afirmar-se como movimentos de pessoas comuns a participarem ativamente para solucionar problemas semelhantes, há todo um discurso político nos seus manifestos, bem como deputados de partidos políticos a desfilar nos protestos e a comentá-los para os *media*. Os slogans foram no sentido de reavivar a revolução de 1974, que derrubou 40 anos de ditadura. Nos cartazes escreveram “os brandos costumes tem limites”, “solta a Grândola que há em ti”, “o povo é quem mais ordena”. Nos discursos, a mesma alusão ao 25 de Abril, num recordar constante

de que liberdades e direitos adquiridos pelo povo não podiam ser invertidos em nome duma autoridade supranacional que aprisionava e que não representava os cidadãos, lembrando que a cidadania conquistada não podia ser questionada. Foi na rua que os portugueses voltaram a relacionar-se uns com os outros e foi novamente na rua que se reafirmou a liberdade de participação na discussão de assuntos públicos. O país vivia em 2012 uma situação política completamente oposta à de 1974. A revolução de Abril derrubou a ditadura e instituiu um estado democrático, mas esta alusão ao passado revelava-se intencionalmente simbólica. O movimento político e social que aconteceu em 1974 teve impacto nacional e internacional. Para alguns autores, como Boaventura Sousa Santos foi o “mais amplo e mais profundo da história do pós-guerra” (1984: 18) pela dimensão e pelo significado que atingiu. O povo saiu para a rua e veio apoiar o golpe militar. Ao fim de 40 anos libertou-se do medo e da opressão e exigiu Democracia. Em 2012, o povo português lembrou ao poder político o movimento em que perdeu o medo e conquistou a Democracia e que foi pela Democracia que veio de novo para a rua, numa afirmação de que a sua coragem de se expressar no espaço público não esmoreceu. Estas massas populares não se sentiam representadas pelos seus governantes e viam esta “submissão” ao plano da Troika como um autoritarismo que evocava velhos tempos. Manuel Villaverde Cabral verificou, num estudo de 2004, que existia um despotismo administrativo que mantinha o distanciamento histórico entre as elites do poder e a população (2004), oscilando o Estado entre predador e protetor. Ora, estas conclusões do autor referido são ainda mais notórias em 2012, face à situação de crise.

Para António Barreto (2004), a Democracia baseia-se, entre outras coisas, no consenso dos cidadãos quanto à formação e ao exercício do poder político. Os movimentos de 2012 contestaram incisivamente a forma como a política do país estava a ser conduzida.

Serão, então, estes Movimentos de 2012 uma demonstração de cidadania e uma nova forma de participação democrática?

No conceito clássico de cidadania existia uma ligação direta entre o ser cidadão e ter participação política. Aristóteles, na sua obra *Política*, afirmou: “dizemos que são cidadãos aqueles que podem exercer tais funções públicas” (p.1275-76). Desta forma, a principal característica para ser considerado cidadão, para o filósofo e na época clássica, era a participação nas decisões da vida política da polis, não o facto de residir no território.

Contudo, ao longo da História foi-se desvanecendo este conceito que só seria retomado com o liberalismo. Foi a partir das revoluções liberais e da ascensão da burguesia, no século XIX, que se estabeleceu uma nova relação dos cidadãos com o poder político e foi com as democracias que se solidificou a concepção de cidadania, associada a direitos cívicos e políticos. A primeira teoria sociológica de cidadania é de Thomas Marshall que, em 1949, falou de três tipos de direitos de cidadania: civis, políticos e sociais.

Em Portugal, a cidadania plena, que incorporava os 3 tipos de direitos, nomeadamente o político, como sufrágio universal sem restrições, só foi adotado depois de 1974. Não obstante, já estava consignado na primeira Constituição portuguesa, a de 1822, que “todos os portugueses são cidadãos” (Ramos, 2004), embora a ideia só abrangesse os direitos civis, uma

vez que só alguns tinham direitos políticos e ainda não se falava de direitos sociais. O cidadão como “detentor de uma parte da soberania política” (Schnapper, 2000: 10) só passou a existir com a instauração da democracia no país.

Após a integração de Portugal na União Europeia houve uma aposta na educação para a cidadania, formando jovens mais conscientes do ponto de vista cívico, social e político, logo tendencialmente mais ativos. Ao mesmo tempo, também no nosso país, a revolução tecnológica democratizou o acesso à informação, facilitando o exercício da cidadania e potenciando a organização de manifestações inorgânicas. Efetivamente foi através das redes sociais que houve uma mobilização para as manifestações referenciadas, por parte de jovens e adultos adeptos do net-ativismo, mas não foi a ligação reticular que desencadeou as manifestações de rua, antes o sentimento de supressão de direitos de cidadania, mormente, a abolição de direitos sociais. Accornero e Pinto (2014) mostraram, baseados na noção de Tarow, que estes protestos, inseriram-se num ciclo de protestos, o “ciclo de protestos contra a austeridade” (p.398). Tarow atribui determinadas características a um ciclo de protesto, entre elas, a mobilização de novos atores, inovação nos repertórios e a elaboração de novas estruturas cognitivas, culturais e ideológicas (1998: 42), aqui também verificadas. Os dados estatísticos utilizados pelos autores referidos revelaram que o número de manifestantes entre 2008 e 2012 aumentou significativamente e em países severamente afetados pela crise, como Espanha, Irlanda e Portugal (Accornero e Pinto, 2014). Isto demonstra que a conjuntura potenciou o número de manifestações, no entanto, as pessoas só vieram para a rua por terem consciência dos seus direitos políticos e sociais. Por outro lado, estas manifestações “espontâneas” revelam um acentuar de um certo “desafecto democrático”, identificado por Magalhães em 2005. Segundo este autor, embora houvesse um apoio social à democracia, existia um distanciamento dos cidadãos em relação às instituições políticas, expresso em baixos níveis de participação política, convencional ou outra (Magalhães, 2005: 988).

3. Reflexão final

Os movimentos que ocorreram em Portugal nos últimos anos, apesar de toda a novidade com que emergiram, inserem-se dentro do perfil histórico de contestação que tem ocorrido no país desde o século XIX (Cerezales, 2011; Silva, 2007). O facto de terem aparecido com outra roupagem, ao apresentarem-se como apartidários, horizontais e sem lideranças deu-lhes protagonismo e visibilidade, mas não destronaram ou fizeram desaparecer os atores institucionais, que continuaram a ser o setor mais reivindicativo no período de crise (Accornero e Pinto, 2015: 406). Os movimentos sociais ao saírem do espaço democrático da reivindicação habitual apareceram como novas formas de combate político e social, o que não significa que se tenham instituído como atores políticos e/ou representantes das reivindicações da sociedade civil, embora a sua ação possa ter consequências políticas e sociais positivas.

Estes movimentos de cidadãos não viram as suas pretensões ir muito mais longe do que denunciar e reivindicar, sobretudo a mobilização da “Geração à Rasca”. Segundo Maria Glória

Gohn, neste género de protestos participam “coletivos que se inspiram em várias fontes, consoante o grupo a que pertencem, não havendo, portanto, hegemonia ideológica ou mesmo utópica, motivando-os um sentimento de descontentamento, desencantamento e indignação contra a conjuntura económica e política” (2014:13). Assim, estes acabam por ser muito heterogéneos nas suas formas e recursos, organizações, estratégias ou ideais e amiúde demasiado dispersos para constituírem um objetivo muito focalizado e centros de contrapoder (Cefai, 2005:135), daí terem uma capacidade de mobilização esporádica, exceto quando são integrados em organismos institucionais como os partidos políticos ou sindicatos.

A velocidade com que estes acontecimentos surgiram e difundiram-se nas redes deu-lhes amplitude, dimensão, mas o seu conteúdo discursivo reporta-se a uma realidade nacional muito concreta (a austeridade do momento), o seu foco é mais local que global.

O contexto de crise económica e as dificuldades políticas para a gerir criaram as oportunidades ideais para o aparecimento destes fenómenos sociais, mas à medida que a conjuntura de crise foi-se dissipando, foram desaparecendo estas mobilizações inorgânicas. Nestes anos de maior crise (2011-2013), os direitos da cidadania social estiveram ameaçados, e tanto os jovens da “geração à rasca”, como o funcionalismo público e reformados viram-se arremessados para fora dos seus valores de consumo ou do nível de vida alcançado pelas gerações antecedentes, o que os motivou à participação nas manifestações. Ao mesmo tempo, não é alheia à quantidade massiva de cidadãos nas manifestações todo um passado de cidadania ativa.

4. Bibliografia

- ACCORNERO, G., & PINTO, P. R. (2014). “Brandos costumes?” Protesto e mobilização em Portugal sob a austeridade, 2010-2013. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 41, n. 2, 393-421.
- ARRIGHI, G., HOPKINS, T. K., & WALLERSTEIN, I. (1989). *Antisystemic movements*. London: Verso.
- BAUMGARTEN, B. (2013). Geração à Rasca and beyond. Mobilizations in Portugal after 12 March 2011. *Current Sociology*, 61(4), 457–473.
- ABRANTES, P. (2003). Identidades juvenis e dinâmicas de escolaridade. *Sociologia – Problemas e Práticas*, 41, 93-115.
- ARENDT, H. (2005). *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense.
- ARISTÓTELES. (1988). *Política*. Trad. de Márcio da Gama Kury. 2ª ed.1988. Brasília: Universidade de Brasília.
- AZEVEDO, M.C. (2009). *Experiências de participação dos jovens: Um estudo psicológico*. Tese de Doutoramento em Psicologia. Porto: FPCEUP, Universidade do Porto.
- BABO, I., SILVA, C.T (2015). Public Sphere and collective Action. The Portuguese Movement of the “15th September”. *Mediterranean Journal of Social Sciences*. Vol.6, nº 6., S5, 425-435.
- BARRETO, A. (2004). A participação e a evolução da sociedade portuguesa. *Tempo de Incerteza*. Lisboa: Relógio d'Água, 301-325.

- COSTA PINTO, A.; ALMEIDA, P. T. (2001). Libéralisme, démocratie et émergence de la société civile au Portugal. In Daniel Cefai (org.). *Cultures politiques* (pp.503-521). Paris: PUF.
- COSTA PINTO, A.; MAGALHÃES, P.; SOUSA, L.; GORBUNOVA, E. (2012). A qualidade da democracia em Portugal. A perspectiva dos cidadãos. *Workshop The Quality of Democracy in Hard Times*, ICS-UL, Lisboa.
- CABRAL, M. V. (2004). Confiança, mobilização e representação política em Portugal, in M. Costa Lobo, Pedro Magalhães e André Freire (eds.), *Portugal a Votos - as eleições legislativas de 2002* (pp. 301-331). Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- CEFAI, D. (2005). Os novos movimentos em França. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 72, Outubro, 129-160.
- COHEN, J. (1989). Deliberation and Democratic Legitimacy, in A. Hamlin e P. Pettit, (eds), *The Good Polity. Normative Analysis of the State* (pp.17-34). Oxford: B. Blackwell.
- FARRO, A. (2004). Actors, conflicts and the globalisation movement. *Current Sociology*, vol.52. Londres: Sage.
- FERREIRA, P.M. & SILVA, P.A. (2005). *O Associativismo Juvenil e a Cidadania Política*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- GOHN, M. G. (2014). *Manifestações de Junho de 2013 no Brasil e praças dos Indignados no Mundo*. Pétopolis: Vozes.
- LÉVY, P. (2006). *Ciberdemocracia*. Lisboa: Instituto Piaget.
- LOUREIRO, L. (2011). *O Ecrã de Identificação*. Tese de Doutoramento em Ciências da Comunicação. Especialidade em Sociologia da Comunicação e da Informação. Braga: Universidade do Minho.
- MAGALHÃES, P. & SANZ MORAL, J. (2008). *Os jovens e a política*. Lisboa: Centro de Sondagens e Estudos de Opinião da Universidade Católica Portuguesa.
- MAGALHÃES, P. (2008). Redes sociais e participação eleitoral em Portugal. *Análise Social*, XLIII: (3.º), 473-504.
- MAGALHÃES, P. (2005). Disaffected Democrats: Political Attitudes and Political Action in Portugal. *West European Politics*, v. 28, n. 5, 973-991.
- MARSHALL, T. H. (1950; 1992). *Citizenship and Social Class*. Londres, Pluto Press.
- MENEZES, I. (2007). A evolução da cidadania em Portugal. *Actas do 3º Encontro de Investigação e Formação: Educação para a Cidadania e Culturas de Formação*, 17-34.
- PALACIOS CEREZALES, D. (2011). *Portugal à coronhada. Protesto popular e ordem pública nos séculos XIX e XX*. Lisboa: Tinta da China.
- PINTO, M. & SOUSA, H. (2011). Foreword, in M. Pinto e H. Sousa (eds.) *Communication and Citizenship – Rethinking crisis and change*. Coimbra: Grácio Editor.
- RAMOS, R. (2004). Para uma história política da cidadania em Portugal. *Análise Social*, vol. XXXIX (172), 547-569.
- SILVA, C. T. (2007). *Movimentos sociais no Douro no período de implantação do liberalismo (1834-1855)*. Porto: Gehvid.
- SILVA, C.T (2014). Social Movements in Contemporary Portugal. *European Journal of Social Sciences Education and Research (EJSER)*. Vol.1, nº2. Rottenburg: European Center for Science Education and Research, 36-43.
- SCHNAPPER, D. (2000). *Qu'est-ce que la citoyenneté?*. Paris: Gallimard.
- SVAMPA, M. (2008). *Cambio de Época: movimientos sociales y poder político*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores.
- TARROW, S. (1998). *Power in Movement: Social Movements and Contentious Politics*. Cambridge: Cambridge University Press.

TILLY, C. (2004). *Social Movements: 1768 – 2004*. London: Paradigm Publishers.

Fontes

Jornal de Notícias, ano 2011

Diário de Notícias, ano 2011

Revista Visão, ano 2011

Blog - queselixeatroikablogspot.pt